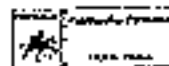




CORREIO meridional



Preço 1,00 Euros (Inclui IVA)

ORGÃO INFORMATIVO DA REGIÃO ALGARVE

ISSN 1647-3264

Director - António A.E. Marques
Email: correio-meridional@espe.pt

Sub-Directora - Prof. Maria José da C. Paqueta

Chefe de Redacção - João Queiroz

CORREIO MERIDIONAL NO PARLAMENTO EUROPEU

Conforme anunciamos oportunamente, cedemos ao anfitrião e oportuno convite da deputada lousense Dra. Janelia Madeira, integrando a comitiva da ASORGAL - Associação dos Órgãos de Comunicação Social do Algarve, numa visita ao Parlamento Europeu que decorreu entre 1 e 4 de Julho, com o intuito de assinalar o início da presidência portuguesa da União Europeia (UE).

A delegação de dezassete órgãos de informação algarvia presidida pelo nosso director, ficou instalada no Hotel Ibis no centro da cidade de Bruxelas, e para além de um programa social variado, incluiu visitas às cidades medievais de Gent e de Bruges, representação da peça Ricardo III, pela Companhia de Teatro do Algarve - ACTA, assim como uma reunião de trabalho com a nossa anfitriã Dra. Janelia Madeira que nos acompanhou numa visita ao enorme hemiciclo do Parlamento Europeu.

Na sua intervenção perante a comitiva algarvia, Janelia Madeira falou da importância e dos desafios que se colocam a Portugal nesta presidência portuguesa que o nosso país está a desempenhar desde 1 de Julho até 31 de Dezembro, que poderá ser, eventualmente, a última presidência rotativa, devendo passar a ser, a partir de 2008, uma



A Delegação da Asorgal em pleno Parlamento Europeu

presidência permanente. Relativamente ao Algarve, a nossa delegação realçou alguns desafios desta presidência portuguesa, (a) como "a energia associada às alterações climáticas e protecção ambiental, não só no plano científico mas porque também temos os recursos naturais que permitem a sua exploração e (porque os alemães não conseguiram fechar esse dossier, temos que fazer com essa "cereja no topo do bolo", o que será, naturalmente, um orgulho e nos permitirá "colocar" um pouco mais a favor da nossa tendência". Por outro lado, "alguém que também tem muito a ver com isso foi o fim da discussão do Livro Verde da Política Marítima, a primeira política transversal apresentada no âmbito da União Europeia, em que cruzamos todos os temas associados ao mar: Cultura - Educação - Turismo - Pesca - Preservação Ambiental - Transportes - Cultura Subaquática, etc. Isto tem tudo a ver com o mercado interno da UE, o maior mercado do mundo, o mais apetecível, que continua a crescer, e somos também a economia mais sustentada do mundo".

(Continua na Página 9)

QUERENÇA ESTÁ EM OBRAS?



Considerando que está a decorrer um período de importantes obras de recuperação e requalificação de Querença, informamos a população residente e visitantes, que, devido à obra de requalificação do



edifício da Câmara Municipal de Querença, a partir de 1 de Julho de 2007, a circulação de veículos e pessoas será limitada, sendo necessário utilizar os percursos alternativos indicados no mapa em anexo.



Município de Querença

CORREIO MERIDIONAL NO PARLAMENTO EUROPEU

Jamila Madeira referiu ainda que "em Março do próximo ano será apresentado um Relatório, do qual eu sou responsável, sobre a importância do Turismo Costeiro no Desenvolvimento do Espaço de Cuestão que é a União Europeia. Pedimos um Estudo, que sairá no Outono e com base nesse Estudo apresentaremos o Relatório. Serão desafios para o futuro e que devemos aproveitar porque se baseia nas nossas realidades, numa preservação dessas realidades, utilizando uma base de criatividade para as potenciar no indústriu".

Respondendo a uma questão do Jornal 'Notícias de Albufeira' relativamente à grande diferença que há entre Portugal e Espanha em matéria legislativa, Jamila Madeira disse que "costumo usar um exemplo que é a Rede Natura. Vivemos durante sete anos com um regulamento que não enquadrava a nossa realidade na Rede Natura, feita à imagem da Floresta Negra (Alemanha), com aldeias dentro, o chamado bosque de uso sem actividade económica associada. Durante a discussão desse regulamento, que entrou este ano em vigor, procurámos explicar que a nossa realidade é diferente, não afetaram, vacaram e aproveitaram as alterações que nós propusemos e Portugal aproveitou zero ao ambiente da amplitude desta realidade. Nós conseguimos convencê-los de que a nossa realidade era diferente mas não aproveitámos rigorosamente nada. Qual é a mensagem? É que nós somos sempre mais papistas que o papa e fizemo-lo já em inúmeras situações. Lembra-me da legislação associada aos crimes de informática em que era proposto um mínimo e um máximo e Portugal adoptou sempre o máximo. Não houve nenhum país que transpusesse essa legislação de forma tão perfeita. Aquilo leva a que praticamente todos nós fôssemos presos porque tinha retroactivo. Portanto, não havia ninguém que se safasse. Na altura, era eu deputada na Assembleia da República e, juntamente com o deputado José Magalhães, quase que nos prendemos a uma árvore e já conseguimos que a legislação fosse mais suavizada. Continuamos a achar que somos bons e, como tal, fazemos que ser muito pesado e muito severo em qualquer cumprimento que façamos. Depois, temos exactamente ao nosso lado o extremo oposto. Não sou apologeta do deixar andar e, aqui, os espanhóis têm por hábito aproveitar todas as oportunidades e, quando não as têm, inventam uma. Nem oito nem oitenta. No caso de Espanha, na directiva para as torres eólicas, existe um conjunto de regras para concursos internacionais e, no caso de Espanha, são as empresas espanholas que ganham os concursos internacionais. Puseram um sistema de país específicos e justificados, porque os ventos, em Espanha, são particulares, essas pás são um bocadinho diferentes de todas as outras e só as empresas espanholas e que fazem daquelas pás a preços competitivos e são sempre as empresas espanholas a ganhar os concursos internacionais em Espanha. Não há nenhum país que faça algo deste género. Só mesmo os espanhóis". Relativamente à diferença da taxa de IVA, mais elevada em Portugal, o que levou a saída de capitais do país, Jamila Madeira respondeu-nos que "é um problema sem fácil solução porque a questão colocou-se em 1992, altura em que tinhamos poucos patamares. Na altura, o primeiro-ministro era o actual presidente da República (Cláudio Silva) e nós nunca poderíamos voltar atrás, salvo em casos ultra excepcionais. Definimos determinados patamares, 5, 12 e 19%, na altura e outros países definiram mais patamares porque sabiam que não podiam voltar atrás. Um desses países foi Espanha. Nós definimos 5% para os produtos sem transformação ou de primeira necessidade, 12% para serviços e actividades ligadas à hotelaria, que hoje revolviam até os 5%, mas esse retrocesso não é possível. Anteriores governos já tentaram renegociar



com a Comissão mas não conseguiram. Abrir essa excepção, para eles, significa praticamente abrir uma caixa de Pandora e não estão dispostos para o fazer. Neste momento, a nossa única margem é subir a margem máxima e foi isso que se fez, subindo a taxa de 19 para 21%. E, mesmo assim, a nível temporário. Foi isso que nos foi autorizado. Como em 1992 o acordo não foi definido em termos de possibilidade de alteração, as reduções das taxas de IVA não são possíveis. Assim que o problema do défice esteja resolvido, a Comissão comprometeu-se a autorizar o retrocesso de 21 para 19%. Mas foi porque estes dois pontos percentuais foram negociados neste contexto". Se o aumento do IVA se prendeu com o défice, porque não põe o Governo os bancos a pagar, quando quisimos todos os dias que fizessem milhões de milhões em cada ano? Jamila Madeira respondeu que "já pôs. Não chega ainda mas já pôs. Já passaram de não pagar nada para pagar alguma coisa. E mesmo assim ainda se queixam. Também não podemos passar de não pagar em nada para pagarem tudo. Tudo tem de ser feito com conta, peso e medida. Houve uma alteração e no ano de 2006 já contribuíram com uma pesada fatia para o Orçamento. É evidente que tenho consciência que é uma área onde, obviamente, tem que se mexer. Neste momento, ainda há uma área que mexe muito com a banca, que são os fundos de capitais de risco, que o ministro Teixeira dos Santos já se comprometeu que era uma matéria que vai ser regulamentada, em termos europeus, que é onde os bancos arrecadam a maior fatia fora de qualquer regime fiscal, o que está completamente fora do sistema".

Texto e fotos
Maria Isabel Marques